



## ANEXO V - A

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### **1. INTRODUÇÃO**

Este documento foi elaborado à luz das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, como peça integrante e indissociável do procedimento licitatório que está sendo realizado, com vistas a viabilizar a contratação de empresa(s) ou pessoa física para realização do transporte escolar no Município de Santa Cruz do Capibaribe, conforme especificações e quantidades constantes neste termo.

Deste modo, ele contém os elementos essenciais fixados nas referidas leis, descritos de forma a subsidiar os interessados em concorrer no certame e a preparar sua documentação e proposta comercial, cuja contratação deverá ser realizada através de processo licitatório na modalidade a ser definida pela comissão de licitação.

#### **2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (Art.6º). É assegurado o acesso de todos à educação (Art. 205, CF/88), sendo dever do Estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo Estado sempre que demandado. Isso significa que são normas imediatamente aplicáveis, não podendo o poder público deixar de cumprir com sua obrigação, ou seja, não pode haver qualquer tipo de argumentação para não cumpri-la.

Além da Constituição, que estabelece de que forma o dever do Estado com a educação deve ser efetivado (Art. 208), temos outros instrumentos legais que regulamentam tal direito. É o caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), que vem confirmar o disposto na Constituição, trazendo como garantias a serem prestadas pelo Estado, entre outras, o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria e o atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Art. 4º). O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/90) é outro instrumento importante, tratando do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer no contexto dos princípios da prioridade absoluta e da proteção integral (Art.4º), já presentes na Constituição Brasileira de 1988 (Art. 227), por meio dos quais a criança e o adolescente são vistos como sujeitos de direitos, sendo dever de todos garantir com absoluta prioridade os direitos fundamentais deste público. A LDB, com as modificações oriundas da Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003, passou a determinar a responsabilidade de Estados e Municípios quanto ao oferecimento de transporte escolar. O sentido dessa inovação legislativa é principalmente encerrar a discussão quanto à competência desse serviço e sua universalidade, ficando Estados e Municípios, respectivamente, responsáveis por assumir o transporte escolar dos alunos de sua rede.

O transporte escolar é serviço de utilidade pública e direito público subjetivo, ficando evidente que o Poder Público deve oferecê-lo gratuitamente para crianças e adolescentes que não tenham escola perto de casa. Dada a importância do transporte escolar, há recursos federais específicos destinados à manutenção deste serviço. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de



Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) possibilita que, além de outros gastos, adquiram-se veículos escolares para o transporte de alunos do ensino fundamental, bem como a manutenção desses veículos, com combustíveis, óleos lubrificantes, consertos, revisões, reposição de peças, serviços mecânicos, etc. O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), instituído pela Lei 10.880/04, tem por objetivo custear despesas com a manutenção de veículos escolares pertencentes às esferas municipal ou estadual e para a contratação de serviços terceirizados de transporte.

Vimos, portanto, que todos têm direito a uma educação pública de qualidade, sendo o “TRANSPORTE ESCOLAR” um dos elementos essenciais para a efetivação desse direito fundamental. Esse serviço público deve ser ofertado pelo poder público de forma satisfatória, isto é, seguindo todas as exigências legais estabelecidas a fim de resguardar os direitos à integridade física e à vida de crianças e adolescentes que necessitam do transporte escolar para terem acesso à escola, sempre que seu direito à escola perto de casa não for efetivado.

Diante do exposto e atendendo o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 e dispositivo acrescido pela Lei 10.709/03 é de fundamental importância tal contratação, visto que o Município não possui frota suficiente para atender a demanda escolar.

### **3. DO OBJETO**

O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviço de transporte escolar dos alunos das Escolas Públicas do Município de Santa Cruz do Capibaribe /PE, através da locação de veículos com motorista, conforme especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência.

### **4 . ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Os veículos locados serão utilizados de segunda a sexta-feira, de acordo com o calendário escolar do Município de Santa Cruz do Capibaribe, devendo ser considerado a média de 200 dias por ano letivo.

Excepcionalmente, o serviço de transporte de alunos poderá ser realizado em datas especiais e/ou diferentes das constantes do calendário escolar (dias letivos), desde que autorizado de forma expressa, pelo gestor do Contrato, especificamente nos seguintes casos:

- a) Feriados, decorrentes de datas comemorativas de âmbito nacional, municipal e/ou regional;
- b) Finais de semana (sábado e/ou domingo) onde tenha sido previsto pela Secretaria de Educação realização de atividades de ordem civil, cultural e/ou pedagógica para os alunos;
- c) Período de aulas e/ou provas de recuperação, se não estiver previsto no calendário escolar.

O serviço de transporte escolar poderá também realizar o transporte de alunos das Escolas Municipais para a sede de eventos promovidos de Secretaria de Educação, tais como: torneios esportivos, campeonatos, feiras municipais e quaisquer outras atividades promovidas pela referida Secretaria, obedecendo aos trajetos constantes neste termo de referência.

Os veículos destinados ao transporte de estudantes devem obedecer as normas estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro (Capítulo XIII, arts. 136 a 139), bem como ao disposto na Portaria DP nº. 002 de 05 de janeiro de 2009.

Todos os veículos a serem utilizados e locados, conforme este Termo de Referência deverão contar com motorista devidamente habilitado para o transporte de estudantes.

Correrão por conta da Contratada as despesas com salários e encargos previdenciários e trabalhistas do motorista, as despesas com combustível, óleos lubrificantes, manutenção preventiva e corretiva dos veículos, seguros, obrigações junto ao DETRAN, encargos decorrentes de multas e indenizações de terceiros, e todas as obrigações tributárias e quaisquer outras despesas decorrentes da



prestação dos serviços contratados.

## 5. VEÍCULOS:

Os veículos a serem utilizados no serviço de transporte escolar deverão atender ao estabelecido no Código Brasileiro de Trânsito – CTB, nas normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e na Portaria do DETRAN e ainda:

- a) Estar em perfeitas condições de conservação e funcionamento mecânico;
- b) Possuir ano de fabricação não inferior a 2009, no caso de ônibus e micro-ônibus. E não inferior a 2012, no caso de van ou similares;
- c) Possuir extintor de incêndio com carga de pó químico seco ou de gás carbônico dentro do prazo de validade, fixado na parte dianteira do compartimento destinado aos passageiros;
- d) Possuir cintos de segurança em número igual à lotação, adaptados na forma estabelecida pela legislação de trânsito vigente;
- e) Possuir kit de socorro de veículo, contendo no mínimo: macaco, chaves, triângulo e pneu de suporte;
- f) Possuir pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, ou com tais cores invertidas;
- g) Não fazer uso de gás de cozinha como combustível;
- h) Ter todos os documentos exigidos pelo DETRAN devidamente regularizados, devendo estar em dia com as obrigações, como: IPVA, DPVAT, licenciamento e vistorias;
- i) Os veículos deverão apresentar a vistoria feita pelo DETRAN antes da celebração do Contrato e a cada 06 (seis) meses;
- j) Deverá ser afixado na parte interna do veículo, em local visível, à devida autorização do DETRAN para funcionamento como veículo de transporte escolar, na qual deverá estar expresso o número máximo de passageiros passíveis de serem transportados;
- k) Os veículos de transporte escolar são exclusivos para o transporte de alunos, não podendo transportar outros passageiros e/ou mercadoria;
- l) Os veículos de transporte escolar não poderão portar cartazes, faixas, películas, adesivos ou outros dispositivos afixados nos vidros, janelas ou demais superfícies, sejam eles de que natureza for;
- m) É terminantemente proibido, no veículo destinado ao transporte de escolares, o uso de cortinas, persianas fechadas ou similares, aposição de inscrições de caráter publicitário ou não, painéis decorativos, pinturas, películas refletivas nas áreas laterais envidraçadas do veículo;
- n) Os veículos objeto da locação deverão apresentar-se pontualmente para o início do transporte dos alunos, nos horários determinados pela Secretaria de Educação de Santa Cruz do Capibaribe, em cada um dos turnos, quando deverão estar limpos e abastecidos. A chegada do aluno à Unidade de Ensino deverá ser de 10 minutos antes do horário previsto para o início das aulas. E o retorno do veículo será de 10 minutos após o término da última aula;
- o) Todos os veículos deverão conter placa indicativa estampada nos para-brisas informando de forma legível cada um dos seus respectivos itinerários;
- p) É vedado o transporte de alunos em pé ou com lotação maior que o permitido por lei;
- q) É vedado o transporte de crianças menores que 10 anos no banco da frente dos veículos de transporte escolar;
- r) Nos casos de falha mecânica, eventos fortuitos, manutenção corretiva e preventiva, o contratado fica obrigado a substituir imediatamente o veículo por outro nas mesmas características e



condições contratadas. Caso não ocorra a devida substituição os dias parados serão descontados proporcionalmente do valor mensal.

### 5.1- DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS

A responsabilidade pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos objeto desta contratação será do Contratado, devendo ser realizada periodicamente obedecendo às recomendações do manual do proprietário de cada veículo, ficando estabelecida a seguinte frequência máxima sem se limitar a ela e aos serviços abaixo descritos:

- a) Trocar o óleo do motor, filtro de ar, filtro de óleo do motor, em conformidade com a periodicidade estabelecida pelo fabricante;
- b) Fazer balanceamento das rodas sempre que surgirem vibrações e na ocasião da troca de pneus;
- c) Verificar o estado de conservação dos pneus e providenciar rodízio dos mesmos sempre que necessário;
- d) Providenciar a revisão geral de todos os itens previstos no Manual do Proprietário de acordo com a recomendação do fabricante;
- e) Efetuar na periodicidade abaixo e nas recomendadas pelo fabricante:
  - e.1) **Semanalmente e/ou quando necessário**
    - e.1.1) Verificar e completar se necessário, o nível de óleo do motor;
    - e.1.2) Verificar e corrigir a calibragem dos pneus;
    - e.1.3) Verificar e completar, se necessário, o nível do reservatório do limpador de para-brisa
    - e.1.4) Verificar e corrigir, se necessário, vazamento de óleo do motor.
  - e.2) **Mensalmente e/ou quando necessário**
    - e.2.1) Verificar e completar, se necessário, o nível de fluido do freio;
    - e.2.2) Verificar e corrigir, se necessário, o funcionamento dos instrumentos do painel e luzes indicadoras;
    - e.2.3) Verificar e corrigir, se necessário, a alavanca de sinalização de direção quanto ao retorno automático à posição de retorno;
    - e.2.4) Verificar e corrigir, se necessário, o volante e a direção quanto à existência de folga e retorno automático após a curva;
    - e.2.5) Testar a eficiência dos freios de estacionamento através de verificação de pastilhas, discos, lonas, tambores, tubulações e mangueiras de freio corrigindo, se necessário.

### 6. MOTORISTA:

O motorista a ser disponibilizado pela Contratada deverá

- a) Ser habilitado na categoria compatível, conforme o tipo de veículo que irá conduzir;
- b) Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 meses (CTB, art. 138, IV e art. 145);
- c) Ser portador de boa conduta e idoneidade moral;
- d) Deverá se apresentar asseado, com uniforme completo formado por camisa de tecido com identificação da Contratada, calça comprida e sapato fechado;
- e) Não ingerir bebidas alcoólicas durante o expediente de trabalho e não permitir que qualquer pessoa o faça no interior do veículo;
- f) Ter idade superior a 21 anos (CTB, art. 38, I);
- g) Atender o que determina os Art. 138 e 145 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
- h) Apresentar certidão negativa da Justiça Federal e Estadual referente a processos criminais relativos a crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores;



- i) Apresentar certidão negativa do DETRAN relativa a multas recebidas;
- j) Apresentar certidão/certificado de conclusão do Curso de Formação de Condutores, ou respectiva renovação a cada cinco anos, conforme previsto em Lei;
- k) Portar a respectiva credencial comprobatória do Curso de Formação de Condutores;
- l) É vedado aos condutores de veículo de transporte escolar falar ao telefone celular enquanto dirigem;
- m) É proibido aos condutores de veículo de transporte escolar manter qualquer forma de relacionamento individual com os estudantes, além daqueles de urbanidade, atenção e cordialidade decorrentes da prestação dos serviços;
- n) Os condutores devem portar crachá com foto que identifique seus respectivos nomes e número de identidade;
- o) Não fumar e não permitir que qualquer pessoa o faça no interior do veículo e/ou nos lugares onde existe trânsito e/ou permanência de escolares;
- p) Conhecer e observar as disposições contidas na legislação (federal, estadual e municipal) referente ao transporte escolar;
- q) Zelar pelas condições de higiene e limpeza do veículo de transporte escolar;
- r) Zelar para que as condições de funcionamento do veículo satisfaçam as demandas de segurança dos alunos.

#### **7. ALUNOS:**

- a) É imprescindível que o aluno esteja no horário e local determinado de passagem do veículo.
- b) Não será permitido ao aluno transportar qualquer material que não seja de uso escolar;
- a) Fica terminantemente proibido o consumo de bebidas alcoólicas pelo aluno durante o trajeto de sua residência à Unidade de Ensino, bem como no tempo determinado para o retorno. Caso algum estudante faça o consumo de bebida alcoólica, o transportador deve de imediato informar à Secretaria de Educação ocorrido;
- c) O aluno que tiver comportamento indevido durante o percurso perderá o direito ao transporte escolar, sempre, precedido das providências legais e preliminares para a constatação da falta;
- d) No caso do transporte escolar terá direito o aluno matriculado na Educação Básica e Especial da Rede Municipal de Ensino e da rede Estadual desde que conveniada com o Município de Santa Cruz do Capibaribe, não existindo na sua localidade ou nas proximidades de sua residência escola que ofereça esses níveis de ensino;
- e) O aluno que tiver comportamento indevido durante o percurso e falta constante, será suspenso do transporte escolar.

#### **8.DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS:**

No caso de transporte escolar, as Unidades Escolares funcionam como partes importantes na prestação do serviço, e por isso devem colaborar e apoiar a fiscalização das atividades. Portanto, são atribuições das Unidades Escolares:

- b) Acompanhar os horários de chegadas e partidas dos veículos;
- c) Cadastrar todos os alunos usuários de transporte escolar utilizando formulários disponibilizados pela Secretaria de Educação de Santa Cruz do Capibaribe.
- d) Encaminhar ofícios a Secretaria de Educação de Santa Cruz do Capibaribe informando sobre a necessidade de alteração de rotas, a desistência e ou inclusão de alunos usuários de transporte escolar;





- e) Encaminhar a Secretaria de Educação de Santa Cruz do Capibaribe ocorrências relacionadas as atividades do transporte escolar;
- f) É vedado as Unidades Escolares qualquer tipo de acordo, alterações de rota e alternância de dias diretamente com condutores sem a prévia autorização da Secretaria de Educação de Santa Cruz do Capibaribe.

## 9. PRAZO DE EXECUÇÃO:

O prazo de execução será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que observado o disposto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações da Contratada:

10.1 - Disponibilizar os veículos para prestação dos serviços, em perfeitas condições de conservação e funcionamento mecânico, dotados de todos os equipamentos e acessórios de segurança e sinalização exigidos no Código de Trânsito Brasileiro- CTB;

10.2 - Disponibilizar os veículos devidamente abastecidos e equipados com tacógrafos;

10.3 - Os veículos locados deverão estar licenciados, conforme legislação em vigor;

10.4 - Os veículos locados deverão ter seguro contra roubo, furto, incêndio ou colisão, com cobertura de danos materiais e pessoais, referente aos ocupantes e terceiros, sem ocasionar quaisquer ônus para o Contratante;

10.5 - Realizar a manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene;

10.6 - Todas as despesas de manutenção (preventiva e corretiva), seguros, impostos, taxas, registros, licenciamentos e multa de trânsito dos veículos ocorrerão por conta da Contratada.

10.7 - Substituir os veículos que atingirem as idades máximas (em anos) permitidas pela legislação em vigor.

10.8 - Substituir o veículo, a qualquer tempo, caso se faça necessário, por motivo de abaloamento, reparos mecânicos, má conservação, condições de segurança, higiene ou limpeza. O Contratante poderá inspecionar regularmente os veículos e, caso constate alguma irregularidade, notificar a Contratada.

10.9 - A Contratada, assim que tomar conhecimento da indisponibilidade do veículo, por mais de 2h, seja pela necessidade de manutenção corretiva ou preventiva, avarias, roubos, furtos, incêndios, falhas mecânicas ou outros motivos, deverá substituir o veículo por outro nas mesmas características e condições contratadas, no prazo máximo de 24h, devendo arcar com todos os custos da substituição;

10.10 - A Contratada deverá, a cada seis meses, disponibilizar os veículos para vistoria pelo Contratante, objetivando verificar as condições de trafegabilidade dos mesmos, verificação dos equipamentos obrigatórios de segurança, documentação e exigências com relação ao condutor;

10.11 - Deverá ser realizada a adesivagem do veículo com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e traseira do mesmo, contendo a palavra **ESCOLAR** na cor preta;

10.12 - Cumprir rigorosamente os horários de chegada e partida estabelecido pelo Contratante.

10.13 - Observar os locais de embarque e desembarque estabelecidos pelo Contratante de acordo com o itinerário estipulado.

10.14 - Comunicar imediatamente ao Contratante sobre fatos como obras e/ou impedimentos temporários e mudanças no sentido de tráfego, que impliquem na alteração de itinerários e horários.



10.15 - Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.

10.16 - O percurso deverá ser realizado obrigatoriamente com todos os passageiros sentados.

10.17 - Não promover a superlotação de veículos, devendo observar que todos os usuários estejam devidamente sentados.

10.18 - Responsabilizar-se pela guarda e segurança dos veículos, sem quaisquer ônus para o Contratante. É de exclusiva competência e responsabilidade da Contratada quaisquer tipos de serviços em relação a estacionamento, vigilância e guarda dos veículos, não assumindo o Contratante a responsabilidade de indenizações por danos, furtos, roubos, incêndios, atropelamentos, colisões etc., que venham a ocorrer nos veículos, cuja responsabilidade será exclusivamente de seu condutor e/ou proprietário durante a execução do Contrato.

10.19 - Disponibilizar motorista devidamente habilitado pelo órgão de classe (DETRAN), com categoria compatível com o tipo de veículo;

10.20 - Responsabilizar-se pelo desempenho e pelo comportamento do(s) condutor(es)/motorista(s) do(s) veículo locado(s) e comprometer-se que os mesmos manterão o devido respeito e cortesia, no relacionamento com os estudantes e servidores do Contratante;

10.21 - Não permitir que qualquer condutor se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

10.22 - Substituir de imediato, sempre que solicitado pela Secretaria de Educação, o motorista que não esteja se comportando adequadamente;

10.23 - Determinar aos motoristas o uso de trajés adequados, obedecendo às condições mínimas de boa aparência e higiene pessoal que o trabalho exige;

10.24 - Garantir que os condutores estejam munidos dos respectivos documentos de habilitação, crachá com nome legível, bem como do veículo, durante a execução dos serviços prestados;

10.25 - O motorista deverá zelar para que os alunos permaneçam sentados e usem corretamente o cinto de segurança.

10.26 - O motorista deverá zelar para que os alunos subam e desçam do veículo nos locais indicados no contrato.

10.27 - O motorista deverá manter a porta do veículo fechada, durante o percurso.

10.28 - O motorista deverá zelar para que o número de alunos não exceda a capacidade de assentos do veículo.

10.29 - Não transportar passageiros em pé, salvo para prestação de socorro em caso de acidente ou avaria.

10.30 - O motorista deverá comunicar à Secretaria de Educação, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.31 - A documentação relativa ao veículo e ao motorista deverá manter-se em ordem e de posse do condutor.

10.32 - Fornecer ao Contratante, toda e qualquer informação que lhe seja solicitado sobre o objeto da contratação, bem como, facilitar-lhe a fiscalização da execução dos serviços;

10.33 - Providenciar imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto à execução dos serviços contratados.

10.34 - Acatar e cumprir fielmente todas as condições estipuladas no Contrato, de forma que os serviços estabelecidos sejam permanentemente executados e mantidos com esmero e perfeição, sob sua inteira responsabilidade;

10.35 - Responder pelas despesas relativas aos encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados;



10.36 - Quaisquer ônus decorrentes de despesas ou indenizações por acidente de trabalho serão exclusiva responsabilidade da Contratada, assim como, no caso de ajuizamento das reclamações trabalhistas.

10.37 - Responsabilizar-se por acidentes, indenizações a terceiros, seguros de vida, assistência médica e quaisquer outros, em decorrência da negligência, imprudência, descuido, irresponsabilidade etc. dos condutores, na sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade por parte do Contratante;

10.38 - Responsabilizar-se por tudo e qualquer dano e/ou prejuízo que, eventualmente, venha a sofrer o Contratante ou terceiros, em decorrência dos serviços, objeto deste Termo de Referência, respondendo integralmente por perdas e danos, sem prejuízo de outras cominações contratuais e/ou legais a que estiver sujeita.

10.39 - Responsabilizar-se por todos e quaisquer acidentes ou sinistros que venham a prejudicar funcionários e/ou bens da Contratada, do Contratante ou terceiros, verificados em decorrência dos serviços, objeto deste Termo de Referência.

10.40 - Responsabilizar-se civil e penalmente por todo e qualquer dano que venha causar ao Contratante ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência dos serviços, não sendo o Contratante, em nenhuma hipótese, responsável por danos indiretos ou lucros cessantes.

10.41 - Prestar esclarecimentos ao Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam independente de solicitação.

10.42 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na licitação.

10.43 - No término de cada mês trabalhado, apresentar a Secretaria de Educação relatório contendo as quilometragens dos serviços executados, acompanhado da nota fiscal referente aos serviços durante o mês de referência, para fins de atesto e liquidação pela mencionada Secretaria.

## **11 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

Constituem obrigações do Contratante:

- a) Acompanhar e monitorar o cronograma de trabalho dos motoristas;
- b) Efetuar os pagamentos mensalmente, mediante apresentação de planilha constando os dias letivos por quantidade de quilômetros rodados pelo Contratado;
- c) Fornecer ao Contratado todas as informações, esclarecimentos, documentos e demais condições necessárias à execução do Contrato;
- d) Aplicar ao Contratado às penalidades depois de constatadas as irregularidades, garantindo o contraditório e ampla defesa;
- e) O Contratante poderá solicitar à Contratada o conserto ou a substituição do(s) veículo(s) locado(s), caso não apresente(m) condições de tráfego, durante o período do Contrato.
- f) O Contratante poderá solicitar o afastamento e/ou a substituição do(s) condutor(es)/motorista(s) que apresente(m) desempenho ou comportamento insatisfatório;
- g) Designar, por meio de Portaria, o servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento do Contrato;
- h) Cadastrar e manter controle dos agentes envolvidos (condutores e escolares) mediante criação de banco de dados que permita o acesso imediato a qualquer informação de interesse institucional, necessária à boa prestação e utilização dos serviços;
- i) Realizar campanhas educativas periódicas relativas ao uso do veículo e legislação do trânsito, junto aos condutores, aos estudantes e professores, de forma a garantir a boa convivência e a segurança dos envolvidos;
- j) Editar e distribuir cartilha educativa sobre segurança no trânsito, responsabilidades, direitos e





- deveres dos estudantes e dos condutores, no Programa de Transporte Escolar;
- k) Implementar sistemática de acesso e utilização do transporte escolar mediante a emissão de carteiras de identificação dos estudantes, cujo controle será feito pelo condutor do veículo em articulação com as escolas.

## 12 – FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Durante a vigência do Contrato, a execução dos serviços será fiscalizada por servidor designado através de Portaria, a quem cabe a verificação acerca do cumprimento das condições estipuladas neste acordo, devendo registrar em relatório todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, estabelecendo prazo para a regularização das falhas ou defeitos observados. Já a gestão do Contrato ficará sob a responsabilidade do Secretário de Educação, o Sr. Joselito Pedro da Silva

Não obstante a empresa contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

Caberá ao fiscal do Contrato:

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do serviço;
- b) Conhecer plenamente os termos contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Contratante quanto da Contratada;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do Contrato;
- d) Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a execução contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o serviço irregular, não aceitando veículo diverso daquele que se encontra especificado neste Termo de Referência e no Contrato;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Contratada;
- h) Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Contratada;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- j) Deverá seguir o disposto na Resolução T.C. nº 6, de 13/03/2013 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Caberá ao gestor do Contrato:

- a) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à /Contratada;
- b) Emitir avaliação da qualidade do serviço;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal do Contrato;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelo fiscal do Contrato;



- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;  
g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;  
h) Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

### 13 – ITINERÁRIOS/ROTEIROS:

ITEM	ROTA	DESCRIÇÃO	TURNO	TIPO DE VEÍCULO	ALUNOS TRANSPORTADOS			KM TOTAL RODADOS		KM TOTAL RODADOS (IDA E VOLTA)		TOTAL ROTA dia (km)	QUANT. DIAS
					M	T	N	ACESSO 01	ACESSO 02	ACESSO 01	ACESSO 02		
1.0	1	SITIO COSTELA E CONTADOR / FAZENDA BRIZA / SITIO CONTADOR / FAZENDA DE MOÇO NUNO / ESCOLA INTERMEDIARIA MARIA JOSE - DISTRITO POÇO FUNDO	M	PEQUENO PORTE	11			3,091	13,991	6,182	27,982	34,164	20
2.0	2	SITIO COSTELA / FAZENDA BRIZA / SITIO CONTADOR / SITIO BOI MANO / FAZENDA DE MOÇO NUNO / ESCOLA INTERMEDIARIA MARIA JOSE - DISTRITO DE POÇO FUNDO	T	PEQUENO PORTE	11			5,871	15,775	11,742	31,55	43,292	20
3.0	3	SITIO CONTADOR / FAZENDA DE WELLINGTON / ACAMPAMENTO SEM TERRA - SITIO CONTADOR / ESCOLA INTERMEDIARIA MARIA JOSE - DISTRITO DE POÇO FUNDO	T	PEQUENO PORTE	11			0	4,601	0	9,202	9,202	20
4.0	4 / 5	SITIO RABICHINHA / SITIO CARREIRA DE PEDRA / SITIO BARRINHOS / ESCOLA VEREADOR CIRIACO RAMOS DE LIMA - CACIMBA DE BAIXO	M/T	PEQUENO PORTE	11	11		0	34,112	0	68,224	68,224	20
5.0	6	SITIO MAGANA / SITIO SAMAMBAIA / SITIO CACIMBA DE BAIXO / ESCOLA VEREADOR CIRIACO RAMOS DE LIMA - CACIMBA DE BAIXO	M	PEQUENO PORTE	11			0	6,122	0	12,244	12,244	20
6.0	7	SITIO ARAPUA / POÇO DA LAMA / CHACARA SANTA LUZIA / VILA PE DE SERRA - SITIO MARU SITIO DE RO / SITIO MORCEGO / SITIO MOISES / ESCOLA INTERMEDIARIA MARIA JOSE - DISTRITO DE POÇO FUNDO	N	PEQUENO PORTE			11	9,61	8,881	19,22	17,762	36,982	20
7.0	8 / 9	SITIO ARAPUA / POÇO DA LAMA / VILA PE DE SERRA / SITIO MARU / SITIO DE RO / SITIO MORCEGO / POÇO	M	PEQUENO PORTE	11	11		20,266	15,1	40,532	30,2	70,732	20



		FUNDO / ESCOLA INTERMEDIARIA PROFESSORA MARIA JOSE / CRECHE MUNICIPAL JOSE RAMOS DE MOURA										
8.0	10	SITIO CARRAPICHO VELHO / SITIO BARRINHOS /SITIO PORTEIRA / ESCOLA VEREADOR CIRIACO RAMOS DE LIMA - SITIO CACIMBA DE BAIXO	M	PEQUENO PORTE	11		0	11,281	0	22,562	22,562	20
9.0	11 / 12	SITIO PORTEIRA II / SITIO MAGANA / SITIO SAMAMBAIA / SITIO CUMBUCOS / ESCOLA VEREADOR CIRIACO RAMOS DE LIMA - SITIO CACIMBA DE BAIXO	M/T	PEQUENO PORTE	11	11	0	24,838	0	49,676	49,676	20
10.0	13 / 14 / 15	TREVO - SITIO CACIMBA DE BAIXO / ESCOLA VEREADOR CIRIACO RAMOS DE LIMA	M/T/N	PEQUENO PORTE	11	11	11	0	5,394	0	10,788	10,788
11.0	16	DISTRITO POÇO FUNDO / SITIO POÇO DA LAMA / SITIO CARRAPICHO VELHO / ESCOLA VEREADOR CIRIACO RAMOS DE LIMA - SITIO CACIMBA DE BAIXO	T	PEQUENO PORTE		11	8,249	9,665	16,498	19,33	35,828	20
12.0	17 / 18	LOTEAMENTO ANTONIO BURGOS / OSCARZÃO / ESCOLA MARIA LUCINDA GONÇALVES / PALESTINA / ESCOLA LUIZ ALVES DA SILVA / ESCOLA PADRE ZUZINHA	M/T	GRANDE PORTE	50	50	11,519	0,524	23,038	1,048	24,086	20
13.0	19	LOTEAMENTO ANTONIO BURGOS / OSCARZÃO / ESCOLA MARIA LUCINDA GONÇALVES / AVENIDA JOÃO FRANCISCO ARAGÃO / ESCOLA LUIZ ALVES DA SILVA / ESCOLA PADRE ZUZINHA	N	GRANDE PORTE		50	5,3755	0,262	10,751	0,524	11,275	20
14.0	20 / 21	LOTEAMENTO ANTONIO BURGOS / OSCARZÃO / ESCOLA MARIA LUCINDA GONÇALVES	M/T	MEDIO PORTE	16	16	5,081	0,524	10,162	1,048	11,21	20
15.0	22 / 23	BAIRRO NOVA SANTA CRUZ / CENTRO / CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PREFEITO AUGUSTINHO RUFINO DE MELO	M/T	GRANDE PORTE	53	53	6,87	0	13,74	0	13,74	20
16.0	24 / 25	LOTEAMENTO POLISCARPIO / CENTRO / CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PREFEITO AUGUSTINHO RUFINO DE MELO	M/T	GRANDE PORTE	50	50	7,708	0	15,416	0	15,416	20
17.0	26	BAIRRO NOVA MORADA / VILA BARRRINHA / CENTRO / CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PREFEITO AUGUSTINHO RUFINO DE MELO	M	GRANDE PORTE	50		4,322	0,572	8,644	1,144	9,788	20
18.0	27	BAIRRO NOVA MORADA / VILA BARRRINHA / BAIRRO SANTA TEREZA / CENTRO / CENTRO DE	M	GRANDE PORTE	50		4,322	0,572	8,644	1,144	9,788	20



		EDUCAÇÃO INFANTIL PREFEITO AUGUSTINHO RUFINO DE MELO											
19.0	28 / 29	BAIRRO NETO ARAGÃO / BAIRRO PALESTINA / CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PREFEITO AUGUSTINHO RUFINO DE MELO	M/T	GRANDE PORTE	50	50		5,119	1,854	10,238	3,708	13,946	20
20.0	30	SÍTIOS MAGANA / SÍTIO PORTEIRA / ENCRUZILHADA DAS MUTUCAS / CENTRO / ESCOLA DE REFERENCIA LUIZ ALVES DA SILVA	T	PEQUENO PORTE		11		6,5795	17,238	13,159	34,476	47,635	20
21.0	31	SÍTIO CARAPICHO / SÍTIO PORTEIRA / SÍTIO MAGANA / CACIMBA DE BAIXO / CENTRO / ESCOLA DE REFERENCIA LUIZ ALVES DA SILVA / ESCOLA PADRE ZUZINHA	N	PEQUENO PORTE			11	6,298	20,02	12,596	40,04	52,636	20
22.0	32	POÇO FUNDO / SÍTIOS ARAPUA / SÍTIO PORTEIRA / ESCOLA VEREADOR CIRIACORAMOS DE LIMA - SÍTIO CACIMBA DE BAIXO	M	PEQUENO PORTE	11			11,671	7,012	23,342	14,024	37,366	20
23.0	33	SÍTIO CACIMBA DE BAIXO / CENTRO / ESCOLA DE REFERENCIA LUIZ ALVES DA SILVA	N	PEQUENO PORTE			11	0	7,481	0	14,962	14,962	20
24.0	34	SÍTIOS RABICHINHA / SÍTIO FARIAS / SÍTIO BARRINHOS / SÍTIO PORTEIRA / CENTRO / ESCOLA PADRE ZUZINHA	T	PEQUENO PORTE		11		10,315	14,161	20,63	28,322	48,952	20
25.0	35	SÍTIO CACIMBA DE BAIXO / CENTRO / ESCOLA PADRE ZUZINHA	T	PEQUENO PORTE		11		6,292	10,037	12,584	20,074	32,658	20
26.0	36	BARRA DE SÃO MIGUEL E SÍTIOS BARAUNA E ESCONDIDOS	T	PEQUENO PORTE		11		0,532	21,341	1,064	42,682	43,746	20
27.0	37	BARRA DE SÃO MIGUEL / SÍTIOS BARAUNA / SÍTIO ESCONDIDOS / SÍTIO PARA / ESCOLA INTERMEDIARIA JOSE QUIRINO DA SILVA	N	PEQUENO PORTE			11	0,532	20,797	1,064	41,594	42,658	20
28.0	38 / 39	SÍTIO MOREIRA DE CIMA / SÍTIO MOREIRA / SÍTIO PARA / ESCOLA INTERMEDIARIA JOSE QUIRINO DA SILVA	M/T	PEQUENO PORTE	11	11		0	21,83	0	43,66	43,66	20
29.0	40 e 41	SÍTIO MOREIRA DE CIMA / ESCOLA INTERMEDIARIA JOSE QUIRINO DA SILVA - SÍTIO PARA	M/T	PEQUENO PORTE	11	11		0	29,58	0	59,16	59,16	20
30.0	42 / 43	SÍTIO CACIMBA / SÍTIO COCO / ESCOLA INTERMEDIARIA JOSE QUIRINO DA SILVA - SÍTIO PARA	M/T	PEQUENO PORTE	11	11		1,064	31,954	2,128	63,908	66,036	20
31.0	44	SÍTIO PARA / SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE / CENTRO / ESCOLA DE	N	GRANDE PORTE			50	3,12	23,458	6,24	46,916	53,156	20



		REFERENCIA LUIZ ALVES DA SILVA											
32.0	45	SITIO PARA / SITIO BARRA DA CRUZ / SITIO BARAUNAS / CENTRO / SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE / ESCOLA DE REFERENCIA LUIZ ALVES DA SILVA	M	MEDIO PORTE	16			3,12	27,95	6,24	55,9	62,14	20
33.0	46 e 47	SITIO SOLEDADE / SITIO PENDURÃO / SITIO BARRA DA CRUZ / SITIO PARA / ESCOLA INTERMEDIARIA JOSE QUIRINO DA SILVA	M/T	PEQUENO PORTE	11	11		1,064	43,326	2,128	86,652	88,78	20
34.0	48 / 49 / 50	ESTRADA DO PARA / BAIRRO RIO VERDE / CENTRO / ESCOLA DE REFERENCIA LUIZ ALVES DA SILVA	M/T/N	GRANDE PORTE	50	50	50	19,728	0,471	39,456	0,942	40,398	20
35.0	51 / 52 / 53	BAIRRO JAÇANÃ / BAIRRO SANTO AGOSTINHO / ESCOLA DR ADILSON BEZERRA DE SOUZA / ESCOLA PROFESSORA MARIA LUCIA ALVES / ESCOLA DE REFERENCIA LUIZ ALVES DA SILVA	M/T/N	GRANDE PORTE	50	50	50	16,7475	0	33,495	0	33,495	20
36.0	54 / 55 / 56	BAIRRO SANTO AGOSTINHO / BAIRRO NECO ARAGÃO / ESCOLA OLINDINA ARRUDA ARAGÃO / ESCOLA DE REFERENCIA LUIZ ALVES DA SILVA	M/T/N	GRANDE PORTE	50	50	50	15,6615	0	31,323	0	31,323	20
37.0	57 / 58	BAIRRO SANTO AGOSTINHO / ESCOLA LINDOLFO / CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL PREFEITO AUGUSTINHO RUFINO MELO	M/T	GRANDE PORTE	50	50		7,05	0	14,1	0	14,1	20
38.0	59	SITIO CACIMBA DE BAIXO / SITIO PROTEIRA II / SITIO CAPRICHOS / SITIO CARREIRA DE PEDRA / SITIO COSTELA / POÇO FUNDO / SANTA CRUZ CENTRO / ESCOLA DE REFERENCIA LUIZ ALVES DA SILVA	M	PEQUENO PORTE	11			20,935	22,955	41,87	45,91	87,78	20
39.0	60 / 61	SITIO YPIRANGA / SEDE DO PARQUE YPIRANGA / SITIO AUREAL / SITIO PARA DE BAIXO / SITIO PARA / ESCOLA INTERMEDIARIA JOSE QUIRINO DA SILVA	M/T	PEQUENO PORTE	11	11		0,42	30,644	0,84	61,288	62,128	20
40.0	62 / 63	SITIO CIRILO / SITIO PARA / ESCOLA INTERMEDIARIA JOSE QUIRINO DA SILVA	M/T	PEQUENO PORTE	11	11		1,064	22,178	2,128	44,356	46,484	20
41.0	64 / 65	AVENIDA 29 DE NOVOEMBRO / AVENIDA TEONILIO SILVESTRE / SITIO DO PINTO / ESCOLA CIRIACO RAMOS DE LIMA / SITIO CACIMBA DE BAIXO	M/T	PEQUENO PORTE	11	11		13,159	11,492	26,318	22,984	49,302	20





42.0	66 / 67	SITIO QUIXABA / SITIO CACIMBA DE BAIXO / ESCOLA CIRIACO RAMOS DE LIMA / SITIO CACIMBA DE BAIXO	M/T	PEQUENO PORTE	11	11		0	13,012	0	26,024	26,024	20
43.0	68 / 69	LOTEAMENTO ANTONIO BURGOS / OSCARZÃO / ESCOLA PROFESSORA LUCINALVA / BAIRRO NECO ARAGÃO / ESCOLA AVANI LOPES / BAIRRO JAÇANÃ / ESCOLA LINJOLFO / ESCOLA DR ADILSON / BAIRRO MALHADINHA / BAIRRO NOVA MORADA / ESCOLA JOÃO MAIA / CENTRO / ASSOCIAÇÃO ATLETICA BANCO DO BRASIL DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE (AABB)	M/T	GRANDE PORTE	48	48		56,175	0	112,35	0	112,35	20
44.0	70 / 71 / 72	BAIRRO MALHADINHA / BAIRRO COHAB / ESCOLA DONATILA / BAIRRO NOVA MORADA / ESCOLA JOÃO MAIA NETO / ESCOLA DR ADILSON BEZERRA / CENTRO / CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PREFEITO AUGUSTINHO RUFINO DE MELO	M/T/N	GRANDE PORTE	48	48	48	29,799	0	59,598	0	59,598	20
45.0	73	SITIO CIRILO / SITIO PARA	T	PEQUENO PORTE		11		0	15,905	0	31,81	31,81	20
46.0	74 e 75	DISTRITO DE POÇO FUNDO / CENTRO SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE / ESCOLA DE REFERÊNCIA LUIZ ALES DA SILVA	M/T	PEQUENO PORTE	11	11		36,348	0	72,696	0	72,696	20
47.0	76 e 77	CENTRO / BAIRRO OSCARZÃO / CENTRO SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE / ESCOLA MUNICIPAL LUCINALVA SANTOS / BAIRRO PALESTINA	M/T	PEQUENO PORTE	11	11		16,278	0	32,556	0	32,556	20
48.0	78	CENTRO / BAIRRO RIO VERDE / CENTRO / ESCOLA ORLANDINA ARRUDA ARAGÃO	T	PEQUENO PORTE		11		3,7695	0	7,539	0	7,539	20
49.0	79 / 80	POVOADO BARRINHAS / CENTRO / ESCOLA SEVY FERREIRA / CENTRO / ESCOLA JOÃO AMIA NETO / ESCOLA DE REFERENCIA LUIZ ALVES DA SILVA	M/T	MEDIO PORTE	20	20		10,872	13,29	21,744	26,58	48,324	20
50.0	81 / 82	CENTRO / BAIRRO SANTO AGOSTINHO / ESCOLA LINDOLFO / CRECHE JULIA OLIVEIRA DA SILVA / ESCOLA LINDALVA ARAGÃO DE LIRA	M/T	MEDIO PORTE	15	15		10,125	0	20,25	0	20,25	20
51.0	83 / 84	CENTRO / BAIRRO SANTO AGOSTINHO / ESCOLA LINDOLFO / CRECHE JULIA OLIVEIRA DA SILVA / ESCOLA LINDALVA ARAGÃO DE	M/T	MEDIO PORTE	15	15		10,125	0	20,25	0	20,25	20



		LIRA											
52.0	85	BAIRRO OSCARZÃO / ESCOLA MARIA LUCINDA / CENTRO / RUA SIQUEIRA CAMPOS / RUA DOS DOIDOS / BAIRRO SÃO JORGE / ESCOLA VIRGILINA PEREIRA	T	MEDIO PORTE		15		7,9155	0	15,831	0	15,831	20
53.0	86	SITIO QUIXABA / ESCOLA CIRIACO RAMOS DE LIMA - SITIO CACIMBA DE BAIXO	T	PEQUENO PORTE		11		0	5,37	0	10,74	10,74	20
54.0	87	SITIO CARRAPICHO VELHO / ESCOLA VEREADOR CIRIACO RAMOS DE LIMA - SITIO CACIMBA DE BAIXO	T	PEQUENO PORTE		11		0	10,273	0	20,546	20,546	20
55.0	88	SITIO CACIMBA DE BAIXO / ESCOLA VEREADOR CIRIACO RAMOS DE LIMA - SITIO CACIMBA DE BAIXO	M	PEQUENO PORTE	11			0	1,186	0	2,372	2,372	20
56.0	89	SITIO PORTEIRA II / SITIO MAGANA / ESCOLA VEREADOR CIRIACO RAMOS DE LIMA - SITIO CACIMBA DE BAIXO	T	PEQUENO PORTE		11		0	4,561	0	9,122	9,122	20
57.0	90	SITIO PARA / ESCOLA DE REFERENCIA LUIZ ALVES DA SILVA	T	MEDIO PORTE		25		3,12	23,458	6,24	46,916	53,156	20
58.0	91 / 92 / 93	BAIRRO SANTO AGOSTINHO / ESCOLA MUNICIPAL AVANI LOPES FEITOSA / ESCOLA OLINDINA ARRUDA DE ARAÇÃO / ESCOLA DE REFERENCIA LUIZ ALVES DA SILVA	M/T/N	GRANDE PORTE	45	45	45	15,6615	0	31,323	0	31,323	20
59.0	94 / 95	BAIRRO MALHADINHA / CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PREFEITO AUGUSTINHO RUFINO DE MELO	M/T	PEQUENO PORTE	11	11		15,293	0	30,586	0	30,586	20
60.0	96 / 97	BAIRRO MALHADINHA / ESCOLA PADRE ZUZINHA / ESCOLA DE REFERENCIA LUIZ ALVES DA SILVA	M/T	GRANDE PORTE	45	45		16,532	0	33,064	0	33,064	20
61.0	98	BAIRRO MALHADINHA / ESCOLA PADRE ZUZINHA / ESCOLA DE REFERENCIA LUIZ ALVES DA SILVA	N	GRANDE PORTE			45	8,266	0	16,532	0	16,532	20
62.0	99	CENTRO / ESCOLA INTERMEDIARIA JOSE QUIRINO DA SILVA - SITIO PARÁ	T	PEQUENO PORTE		11		3,988	22,59	7,976	45,18	53,156	20
63.0	100	DISTRITO DE POÇO FUNDO / ESCOLA DE REFERÊNCIA LUIZ ALVES DA SILVA / ESCOLA VIRGILINA PEREIRA	T	PEQUENO PORTE		11		20,134	0	40,268	0	40,268	20
64.0	101/102	SITIO ANGICO / ESCOLA INTERMEDIARIA PROFESSORA MARIA JOSE	M/T	PEQUENO PORTE		11		1,952	17,26	3,904	34,52	38,424	20
65.0	103 / 105	CENTRO DA CIDADE / ESCOLA MUNICIPAL DANTILA DA COSTA / ESCOLA EVANGELICA / ESCOLA JOÃO MARIA	M/T	MEDIO PORTE	15	15		17,019	0	34,038	0	34,038	20



		NETO / ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA SEVY FERREIRA											
66.0	104	CENTRO / ESCOLA MUNICIPAL SEVY PEREIRA / ESCOLA MUNICIPAL EVANGELICA	T	MEDIO PORTE		15		5,7585	0	11,517	0	11,517	20

Poderá ser suprimido qualquer trajeto no decorrer do contrato, sem nenhum ônus ao Município de Santa Cruz do Capibaribe, caso seja adquirido veículo próprio ou caso a Secretaria Municipal de Educação detecte que não há mais a necessidade de realizá-lo.

Caso ocorram problemas nas estradas ou, caso algum veículo deixe de realizar a quilometragem diária completa, os quilômetros não percorridos serão anotados e descontados no ato do pagamento.